



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2021**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2021/TRE-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 0000387-21.2021.6.22.8000 (SEI/TRE-RO)**

Acordo de Cooperação Técnica entre o TRE-RO e a SEMUSA, para empréstimo de equipamentos em caráter emergencial e temporário, para possibilitar as atividades de vacinação da população contra a COVID-19.

A União, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ 04.565.735/000113, situado na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, na cidade de Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF/MF 475.106.849-00, e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO (SEMUSA)**, inscrita no CNPJ 11.155.765/0001-17 situada na Rua General Osório, n. 81, bairro Centro, CEP: 76.804-264, na cidade de Porto Velho/RO, neste ato representada por sua Secretária, senhora **ELIANA PASINI**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 12104130-SSP/SP e do CPF/MF 293.315.871-04, e-mail(s) [gabinete.semusa.pvh@gmail.com](mailto:gabinete.semusa.pvh@gmail.com) e telefone(s): (69) 3901-3671, (69) 99916-7849/98473-4548, firmam o presente Acordo de Cooperação Técnica, considerando o que segue:

Considerando o pedido de auxílio encartado pela titular da SEMUSA, que necessita de computadores e switches para possibilitar as atividades de vacinação da população em face da pandemia pelo COVID-19 que se encontra em momento crítico de expansão em Porto Velho e outros municípios do Estado de Rondônia;

Considerando que o TRE-RO possui no acervo patrimonial uma quantidade de equipamentos que podem ser cedidos a título de empréstimo com prazo de devolução determinado, de modo a não causar prejuízo às atividades do TRE-RO; e

Considerando o motivo e a finalidade do pedido da SEMUSA, tendo em vista que o empréstimo dos equipamentos visa possibilitar efetividade e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

celeridade da vacinação contra o novo Corona vírus, de forma a contribuir para a prevenção e imunização da população, sendo, portanto, ação de interesse público essencial em preservação da saúde pública,

O presente Acordo é celebrado mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

**DO OBJETO**

**(Art. 55, I e IV, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente acordo tem por objeto a prestação de auxílio do TRE-RO à SEMUSA, para possibilitar as atividades de vacinação da população contra a COVID-19, mediante o empréstimo emergencial e temporário de microcomputadores completos (Monitor, teclado, mouse, cabo de energia e cabo de vídeo), conforme a seguir detalhado:

1. Equipamentos a serem emprestados:

- a. 100 Microcomputadores;
- b. 10 Switches;

2. Descritivo dos equipamentos a serem emprestados à SEMUSA:

MATERIAL SEMUSA			
DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM
MÁQUINA DATEN	20	2.099,00	41.980,00
MÁQUINA ITAUTEC	61	1.252,76	76.418,00
MÁQUINA POSITIVO	19	1.407,00	26.733,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TECLADO	100	49,00	4.900,00			
MONITOR	100	299,97	29.997,00			
HUB 3COM 48 PORTAS	1	2.849,00	2.849,00			
SWITCH	9	349,00	3.141,00			
TOTAL GERAL			186.018,00			
CABOS DE FORÇA	210					
CABOS DE DADOS PARA MONITOR	100		MATERIAL SEMUSA			
			DESCRIÇÃO	QT D	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM
			MÁQUINA DATEN	20	2.099,00	41.980,00
			MÁQUINA ITAUTEC	61	1.252,76	76.418,00
			MÁQUINA POSITIVO	19	1.407,00	26.733,00
			TECLADO	100	49,00	4.900,00
			MONITOR	100	299,97	29.997,00
			HUB 3COM 48 PORTAS	1	2.849,00	2.849,00
			SWITCH	9	349,00	3.141,00
			TOTAL GERAL			186.018,00
			CABOS DE FORÇA	210		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			CABOS DE DADOS PARA MONITOR	100		
--	--	--	--------------------------------------	-----	--	--

3. Valor total estimado dos bens a serem emprestados: R\$ 186.018,00;

4. Prazo do empréstimo: 28 de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021;

**Subcláusula Primeira** – Os equipamentos acima relacionados já estão de posse e sob a total responsabilidade da SEMUSA, conforme documento acostado no evento 0655488 do processo SEI respectivo.

**Subcláusula Segunda** – Os referidos equipamentos estão em bom estado físico e em perfeito funcionamento.

**DA VIGÊNCIA**

**(Art. 57, *caput* e seu § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O prazo de vigência do presente Acordo será de 28 de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021, podendo ser prorrogado por acordo das partes.

**Subcláusula única** – O presente instrumento pode ser rescindido antes desse prazo, consoante previsto na Cláusula “DA RESCISÃO” deste instrumento.

**DA INEXISTENCIA DE ÔNUS FINANCEIRO**

**(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Este Acordo de Cooperação Técnica é firmado em caráter de estrita colaboração, não implicando repasse de recursos financeiros entre os partícipes, os quais arcarão cada um com eventuais despesas pertinentes às suas obrigações decorrentes deste Acordo.

**DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**(Art. 67 da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização deste instrumento serão exercidas pelo titular da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação ou pelo substituto respectivo, em caso de ausência do titular, competindo a esses as atribuições previstas na Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO, cujo contato pode ser feito por meio dos telefones (69) 3211-2029 e do e-mail institucional gabstic@tre-ro.jus.br.

**Subcláusula única** - A atuação ou a eventual omissão da Gestão e da Fiscalização durante a execução deste instrumento não poderão ser invocadas para eximir a SEMUSA da responsabilidade pelo cumprimento deste Acordo.

**DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO**

**(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – São obrigações do TRE-RO:

1. Repassar temporariamente para o patrimônio da SEMUSA, à título de empréstimo, os bens relacionados na Cláusula Primeira deste Instrumento;
2. Notificar a SEMUSA em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas e suas consequências; e
3. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas de lei, regulamentos, e demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

**DAS OBRIGAÇÕES DA SEMUSA**

**(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **CLÁUSULA SEXTA – São obrigações da SEMUSA:**

1. Aceitar a presente cessão e as condições constantes deste Instrumento.
2. Devolver, após o prazo estabelecido, os bens ora cedidos, nas mesmas condições em que foram entregues pelo TRE-RO;
3. Arcar com todas as despesas com a manutenção e reparos dos equipamentos indicados neste Termo, assim como pelas despesas com a desinstalação e a entrega dos bens no endereço do órgão TRE-RO;
4. Prestar todas as informações solicitadas pelo TRE-RO;
5. Responsabilizar-se pela utilização dos equipamentos exclusivamente para o fim solicitado, na forma estipulada neste instrumento;
6. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do TRE-RO, quanto ao objeto deste ajuste;
7. Responsabilizar-se pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais, e indenizar o TRE-RO ou terceiros quanto aos prejuízos causados;
8. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da incidência desses ônus sobre quaisquer atos relativos ao objeto deste Termo.
9. Comunicar à Administração do TRE-RO qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados; e
10. Cumprir as demais obrigações necessárias ao cumprimento do presente instrumento.

### **DAS ALTERAÇÕES**

**(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Este Acordo poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registros por simples apostilamento ou termo aditivo, nos seguintes casos:

- a) Por determinação legal;
- b) Por acordo entre as partes; e
- c) Por determinação da Diretoria Geral ou Presidência do TRE-RO, conforme a competência específica à época.

### **DA DENÚNCIA E RESCISÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Art. 55, VIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado e rescindido, nas seguintes hipóteses:

- a) Pela deliberação de qualquer dos partícipes, em qualquer momento, manifestada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b) Pela inadimplência de qualquer cláusula ou condição, a critério da parte não inadimplente, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) Pela ocorrência de fatos imprevisíveis que impossibilitem sua execução;  
e
- d) Em resguardo ao interesse público.

**Subcláusula única** - Em caso de rescisão do presente instrumento, os equipamentos em questão deverão ser restituídos ao TRE-RO no prazo estipulado na notificação do TRE-RO, nas condições originais repassadas e sob às providências e às expensas da SEMUSA.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E  
DOS CASOS OMISSOS**

**(Art. 55, XI e XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** - O presente instrumento tem como fundamentação o art. 4º, III, do Decreto Federal 9.373/2018, e, no que for compatível, o contido no art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

**Subcláusula Primeira** - À execução do presente Termo e aos casos omissos aplicar-se-ão as normas que regem a matéria, incluindo as já citadas, e também a Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**Subcláusula Segunda** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos II, III, V, VI, IX, X, XI e XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** - Os casos omissos relativos ao desenvolvimento deste Acordo serão inicialmente submetidos à apreciação dos partícipes, para tentativa de solução em comum (amigavelmente).

**Subcláusula Quarta** - São partes integrantes deste Acordo, independentemente de transcrição no mesmo, os dados constantes do pedido de empréstimo dos equipamentos formalizados pelo Ofício 208/2021/IMUNIZ/GAB/SEMUSA (evento 0653445) e a autorização constante no DESPACHO 118/2021-PRES/DG/GABDG (evento 0655902), inseridos no processo SEI respectivo.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - O extrato do presente instrumento será publicado pelo TRE-RO no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, às expensas do TRE-RO, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/93.

**DO FORO**

**(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Quaisquer dúvidas a respeito do presente Acordo, não solucionadas amigavelmente, serão dirimidas pela Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO, por ser o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Acordo, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações do TRE-RO, para que produza os devidos efeitos legais.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 04 de fevereiro de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b>  <b>Pelo TRE-RO</b>	<b>ELIANA PASINI</b>  <b>Pela SEMUSA</b>
Aldací Souza Mota  CPF: 326.504.772-53  Testemunha	Luciano da Silva Santos  CPF: 812.434.482-53  Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 04/02/2021, às 16:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ELIANA PASINI, Usuário Externo**, em 08/02/2021, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 08/02/2021, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 08/02/2021, às 11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000387-21.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho - RO

ASSUNTO: Minuta Termo de Cooperação Técnica – Cessão de equipamentos de informática para auxiliar a Secretaria Municipal de Saúde na campanha de vacinação contra a COVID 19 - Análise.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **PARECER JURÍDICO Nº 302 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

#### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela diretora geral deste Regional para registrar os atos referente a viabilização de termo de cooperação técnica entre este Regional e a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho (SEMUSA) ([0653922](#)), com objetivo de ceder, a título de empréstimo, equipamentos de informática sendo 100 (cem) microcomputadores e 10 (dez) switches, conforme disponibilidade informada pelo titular da Secretaria de Tecnologia da Informação (STIC) ([0654520](#)).

**02.** No Despacho nº 118/2020 – PRES/DG/GABDG ([0655902](#)), a diretora-geral deste Tribunal, considerando disponível no acervo patrimonial do órgão uma quantidade de equipamentos que podem ser cedidos a título de empréstimo com prazo de devolução determinado e, diante do motivo e finalidade do pedido da SEMUSA, a diretora geral determina a elaboração de minuta de acordo de cooperação técnica para formalizar o empréstimo, com a urgência necessária, encaminhou os autos para as devidas providências a SAOFC e na sequência a AJDG para análise do instrumento.

**03.** Instruído os autos com o termo de transferência externa de material de informática ([0655488](#)) e os dados da representante da SEMUSA ([0656001](#)), os autos foram recepcionados na Seção de Contratos – SECONT, em observância ao Despacho nº 131/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0656007](#)), foi elaborada a minuta do Termo de Cooperação ([0656132](#)) com base nas informações constantes nos autos.

**04.** Assim, instruídos, vieram os autos à esta AJDG para análise jurídica (Remessa nº 13/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT - [0656134](#)). **É o necessário relato.**

#### **II – DA ANÁLISE**

**05.** Inicialmente cabe registrar que convênio é um gênero que comporta várias espécies, dentre elas o Termo ou Acordo de Cooperação Técnica. Este pode ser conceituado como instrumento jurídico



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

formalizado entre entidades da Administração Pública ou entre entidades privadas, com o objetivo de firmar interesse na mútua cooperação técnica, visando execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

**06.** A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, *in verbis*:

**Art. 38.** O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As **minutas de editais de licitação**, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração**. (sem grifo no original)

**07.** Analisando a minuta de acordo de cooperação quanto à forma, conteúdo e observância da legislação, conclui-se que está adequada e contempla os fins a que se propõe.

**08.** Em relação à forma, embora se trate de termo de cooperação, cuja elaboração não exige maior rigor formal, porque **não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira**, a minuta anexa está alinhada, no que for compatível com as disposições do art. 55, da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

**Art. 55.** São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o **objeto e seus elementos característicos**;

II - o **regime de execução** ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os **direitos e as responsabilidades das partes**, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os **casos de rescisão**;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (sem grifo no original)

**09.** Considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, é possível concluir que a minuta sob análise, também atende, no que forem compatíveis, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública, a saber:

**Art. 116.** Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º - A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

(...)

**10.** Acerca do **conteúdo**, a minuta contempla o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto na sua cláusula primeira, qual seja **cessão a SEMUSA, a título de empréstimo emergencial e temporário** de microcomputadores completos (Monitor, teclado, mouse, cabo de energia e cabo de vídeo) e switches.

**11.** Antes de sua assinatura a minuta merece ser revista pela SECONT para:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a. A correção de erro material no nome da representante da SEMUSA – **Eliana Pasini** e não Eliana Pasina.

b. O prazo de execução do acordo constante do item 4 da Cláusula primeira deve ser levado em conta para a anotação do prazo de vigência registrado na Cláusula Segunda.

c. A gestão e fiscalização deve ser definida na Cláusula Quarta da minuta.

**12.** Nesses termos, afere-se que a parceria buscada por meio do presente **Termo de Cooperação** entre o **TRE-RO** e a **SEMUSA** de Porto Velho está em conformidade com os parâmetros normativos da **Lei n. 8.666/93**, e que os partícipes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

**13.** Destaca-se que a publicação do instrumento ora em análise é prevista na cláusula nona, fixando quais serão seus veículos de divulgação, e que, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei de Licitação e Contratos, o foro eleito, para solucionar questões resultantes da execução do ACORDO ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho.

### **III – DA CONCLUSÃO**

**14.** Destarte, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta unidade jurídica APROVA os termos da minuta do acordo de cooperação ([0656132](#)), estando o instrumento apto a desencadear o ajuste proposto.

**15.** Por fim, registra-se que esta AJDG analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 29/01/2021, às 21:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000387-21.2021.6.22.8000

INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Porto Velho - RO

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal Regional Eleitoral e a Prefeitura Municipal de Porto Velho – cessão de equipamentos de informática para auxiliar a Secretaria Municipal de Saúde na campanha de vacinação contra a COVID-19.

**DESPACHO Nº 124 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Diretoria-Geral - DG, com objetivo de celebração de Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho (SEMUSA) e este Tribunal, com objetivo de ceder, a título de empréstimo, equipamentos de informática sendo 100 (cem) microcomputadores e 10 (dez) switches, conforme disponibilidade informada pelo titular da Secretaria de Tecnologia da Informação (STIC) no evento [0654520](#).

Consoante informado no Despacho n. 118/2021-DG ([0655902](#)), a celebração do referido acordo de cooperação tem importância social, tendo em vista que o empréstimo dos equipamentos visa possibilitar efetividade e celeridade da vacinação contra o novo Coronavírus, de forma a contribuir para a prevenção e imunização da população, sendo, portanto, ação de interesse público essencial em preservação da saúde pública.

Foram carreados aos autos os seguintes documentos: Termo de Transferência Externa dos equipamentos de informática ([0655488](#)); dados pessoais de ELIANA PASINA - Secretária de Saúde do Município de Porto Velho, na condição de signatária do acordo ([0656001](#)); minuta do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) pretendido ([0656132](#)); e o Ofício nº 208/IMUNIZ/GAB/SEMUSA ([0656207](#)), que complementa as informações da solicitação para o acordo, inicialmente registradas nos eventos [0653445](#) e [0653449](#).

A AJDG, nos termos do Parecer Jurídico n. 302/2021 ([0656141](#)), aprovou a minuta do ACT ([0656132](#)), vez que está apta e adequada para desencadear o ajuste proposto.

Há manifestação favorável da SAOFC, pela celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a Secretaria Municipal





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Saúde de Porto Velho (SEMUSA), com a finalidade de possibilitar o empréstimo dos equipamentos, a fim de realizar a escrituração em Plataforma Online dos dados dos usuários da vacinação contra COVID-19, nos termos do evento [0656152](#).

Primeiramente, registra-se que se trata de acordo de cooperação técnica, cuja elaboração não exige maior rigor formal quando não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira.

Com efeito, a parceria ora buscada encontra normatização na Lei nº 8.666/93, que dita todos os parâmetros normativos para verificação da legalidade, forma e conteúdo dos acordos pretendidos.

Vale registrar que o referido ajuste não envolve obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre os signatários e tem por objeto o empréstimo dos equipamentos de informática, a fim de realizar a escrituração em Plataforma Online dos dados dos usuários da vacinação contra COVID-19 .

O art. 57, § 3º, da Lei Geral de Licitações e Contratos, veda a celebração de contrato com prazo de vigência indeterminado e o art. 116, caput, dispõe que "*Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.*"

Sendo assim, a vigência deverá ser determinada pelo prazo necessário à execução do respectivo objeto conveniado. De acordo com informação constante da Manifestação n. 43/2021-SAOFC, o período de vigência do referido acordo será de de 28 de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021. Não obstante, nos termos da Cláusula Segunda da minuta SECONT ([0656132](#)), instrumento em questão comporta prorrogação e pode ser rescindido antes do término do prazo de vigência, consoante previsto na Cláusula "DA RESCISÃO" daquele instrumento.

Pelo exposto, considerando o Parecer Jurídico AJDG 302/2021 ([0656141](#)) e a Manifestação SAOFC n. 43/2021 ([0656152](#)), vislumbrando sua vantajosidade e com fulcro no art. 1º, inciso II, da Portaria GP nº 66/2018, **AUTORIZO** a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho (SEMUSA), consoante minuta aprovada pela Assessoria Jurídica, em observância ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

À SAOFC para continuidade e providências relativas à assinatura do Termo de acordo de cooperação e devolução à a Secretaria



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Municipal de Saúde de Porto Velho (SEMUSA) para assinatura e publicação do seu extrato na imprensa oficial, nos termos da Cláusula Décima Primeira da referida minuta ([0656132](#)).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 01/02/2021, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.